



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/05/2025 a 31/05/2025

Assunto: "PEC DA SEGURANÇA" OR "PEC N. 18, DE 2025"

Documento 1/6

65.2025	Sessão Ordinária - CD	05/05/2025-20:52
Publ.: DCD - 06/05/2025 - 85	Delegada Ione-AVANTE -MG	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

A Deputada criticou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que busca elevar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) ao status constitucional, alertando que a medida representa um gesto político ineficaz diante dos desafios reais da segurança pública. Argumentou que a centralização proposta compromete a autonomia dos Estados e desconsidera experiências bem-sucedidas, como a do Estado de Goiás, onde a integração local e o uso estratégico de recursos resultaram em queda na criminalidade. Rejeitou a militarização da segurança por meio do fortalecimento da Polícia Rodoviária Federal como força ostensiva permanente. Destacou que a União tem falhado no combate ao tráfico de armas e à lavagem de dinheiro. Defendeu, por fim, uma política de Estado articulada, com metas, investimentos e liderança técnica, em vez de reformas meramente simbólicas.

A SRA. DELEGADA IONE (Bloco/AVANTE - MG. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente Hugo Motta, é um prazer tê-lo conosco.

Quero dizer, como delegada de polícia e, mais ainda, como profissional da segurança pública, que segurança pública não se resolve apenas com uma PEC. Isso eu posso firmar e confirmar.

O Congresso Nacional discute hoje, mais uma vez, uma proposta de emenda à Constituição que promete resolver os grandes problemas da segurança pública no Brasil. Trata-se da chamada PEC da Segurança Pública, que pretende elevar o Sistema Único de Segurança Pública — Susp ao *status* constitucional, em uma tentativa de organizar a atuação dos entes federados sob diretrizes comuns. Mas, com tantas outras iniciativas legislativas nesse campo, a proposta soa mais como um gesto político do que como uma solução real.

Constitucionalizar o Susp não garante, por si só, melhorias na segurança das ruas, tampouco resolve a descoordenação histórica entre União, Estados e Municípios. Ao contrário, Presidente, o que vislumbro com a proposta é o risco de uma centralização ineficaz, que ignora as particularidades regionais e



compromete a autonomia dos Estados na gestão das suas forças de segurança.

Tomemos por exemplo o Estado de Goiás, que apresentou, nos últimos anos, resultados expressivos na redução da criminalidade. Lá o sucesso se deu não por diretriz federal imposta, mas por ações coordenadas localmente, com investimento em inteligência, integração de forças e uso eficiente dos recursos. É esse tipo de experiência e integração das forças que deve inspirar o País, não um modelo engessado e padronizado a partir de Brasília.

Além disso, Presidente, ao promover a atuação ostensiva da Polícia Rodoviária Federal como força federal permanente, a PEC contribui para a militarização da segurança pública, um caminho que tem se mostrado perigoso e ineficiente.

Segurança se faz com inteligência, com prevenção, com controle de fronteiras, com combate ao tráfico de armas e à lavagem de dinheiro, áreas que comprometem, sobretudo, a União, mas que permanecem desassistidas, ou seja, a União não tem feito o dever de casa.

O que falta ao Brasil, Presidente, não é uma emenda constitucional, mas uma política de Estado consistente, com metas claras, investimentos continuados e responsabilidade compartilhada. A simples mudança no texto constitucional não substituirá a necessidade de liderança política, coordenação verdadeira e decisões técnicas baseadas em dados.

Segurança pública não se constrói com discursos fáceis, mas também não se constrói com reformas cosméticas. O País precisa de ação concreta, e não de mais um arranjo institucional que promete muito e entrega pouco.

Muito obrigada, Presidente. Que Deus nos abençoe!

Documento 2/6

70.2025	Sessão Ordinária - CD	07/05/2025-16:44
Publ.: DCD - 08/05/2025 - 107	José Nelto-UNIÃO -GO	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu que facções como o PCC e o Comando Vermelho sejam oficialmente classificadas como organizações terroristas no Brasil. Alertou para o risco de o País seguir o caminho de nações como México e Venezuela, sob influência do crime organizado. Cobrou reação do Governo Federal e ação firme do Congresso Nacional em defesa da segurança pública. Também defendeu a aprovação da PEC da Segurança Pública, a prisão após condenação em segunda instância, a redução da maioria penal e o aumento da pena para crimes hediondos como medidas essenciais para proteger a população.



O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/UNIÃO - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCC, o Comando Vermelho e todas as organizações criminosas do Brasil — todas! — terão que ser consideradas, pelo Governo brasileiro, pelo Congresso Nacional brasileiro, organizações terroristas.

Não podemos aceitar que o Brasil vire o México, comandado pelo crime organizado. Não podemos aceitar que o Brasil vire a Venezuela. O Governo do Presidente Lula tem que reagir. O Congresso Nacional brasileiro também tem que agir em defesa do povo trabalhador, da indústria, do comércio.

Crime organizado é crime organizado. Portanto, são considerados terroristas, sim!

Jamais podemos abrir a nossa guarda e permitir que o Brasil todo vire um Rio de Janeiro, uma Bahia, um Ceará — não me refiro ao povo, pois o povo do Rio de Janeiro, da Bahia e do Ceará é bom.

O que está acontecendo com o Brasil é inadmissível, é inaceitável, Sr. Presidente. Temos que levantar a nossa voz com a PEC da Segurança Pública. Se queremos mudar o Brasil, se queremos dar segurança para o povo, temos que aprovar a PEC da prisão após condenação em segunda instância; temos que diminuir a maioria penal no Brasil; temos que aumentar as penas dos crimes hediondos para 50 anos de prisão. Só assim nós daremos segurança para o povo trabalhador.

Peço que o meu discurso conste no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 3/6

84.2025	Sessão Ordinária - CD	21/05/2025-15:40
Publ.: DCD - 22/05/2025 - 88	Coronel Assis-UNIÃO -MT	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a atuação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Lewandowski, afirmando que, apesar de sua presença frequente no Congresso, não apresentou propostas concretas para combater o crime organizado e as facções criminosas. Relembrou a morte do policial civil José Antônio Lourenço, vítima de um ataque feito por meio de uma “seteira”, estrutura usada para disparos em operações policiais. Também denunciou o domínio das



facções criminosas em várias áreas do País e classificou a PEC da Segurança Pública como ineficaz. Por fim, cobrou respostas sobre o ressarcimento dos valores desviados dos aposentados do INSS e defendeu a instalação de uma CP para investigar o caso.

O SR. CORONEL ASSIS (Bloco/UNIÃO - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje temos a visita em uma audiência pública de S.Exa. o Ministro Lewandowski, o Ministro da Justiça e Segurança Pública.

Com certeza, temos que fazer justiça à figura do Ministro, que, toda vez que é convocado ou convidado, vem a esta Casa e ouve todos os Parlamentares que aqui se encontram. Porém, o Ministro nunca traz nada de concreto para o combate ao crime organizado e às facções criminosas do nosso País.

Sr. Presidente, recentemente, no Estado do Rio de Janeiro, nós tivemos a morte de um policial civil, o policial José Antônio Lourenço, de 39 anos. José Antônio Lourenço era policial da Coordenadoria de Recursos Especiais — Core, unidade de elite da Polícia Civil do Rio de Janeiro que estava fazendo uma operação na Cidade de Deus. E ele foi morto de forma covarde, na traição, através de uma seteira.

O Brasil precisa saber o que é uma seteira. A seteira é um túnel construído dentro de um *bunker*, de uma barreira fixa, onde cabe o cano de um fuzil, o que permite que o marginal aperte o gatilho e dispare na direção do policial que por ali passa. E José Antônio Lourenço foi morto covardemente dessa forma.

Uma coisa, Sr. Presidente, é morrer no combate, quando homens estão combatendo, cada um de um lado, e a pessoa tem a sua vida tirada, cumprindo com o seu dever. Porém, essa foi uma forma brutal, uma forma que está sendo feita constantemente.

O Brasil, Sr. Presidente, é o País das barricadas, onde as facções criminosas dominam o território e implantam uma nova política econômica, uma nova política de saúde, uma nova política de segurança e uma nova política de justiça. Este é o Brasil, e nós temos aqui o Ministro Lewandowski sem trazer nada de concreto nesta PEC água de salsicha, nesta PEC da mentira, que é a PEC da Segurança Pública, que não traz nada em relação ao combate efetivo às facções criminosas.

Quero também fazer uma pergunta aqui, Sr. Presidente: onde estão os valores roubados dos aposentados do INSS? Quando vão pagar esses valores? De que forma vão pagar esses valores? O Governo se calou. A CPI está parada nesta Casa. Nós precisamos, sim, instalar a CPI ou quiçá a CPMI, lá no Senado da República, embora eu ache que o nosso instrumento tenha a capacidade de poder esclarecer mais coisas.

E aqui volto à pergunta: como irão pagar o dinheiro dos aposentados? É um roubo, uma covardia, uma coisa horrível feita por pessoas que não têm



compromisso com gente honesta que trabalhou a vida toda para poder ter dignidade na velhice.

Sr. Presidente, conclamo todos os brasileiros, todos os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas para que nós possamos, sim, falar com o nosso Presidente Hugo Motta, para que ele tenha coerência e paute a nossa CPI, para que possamos descortinar esse grande esquema criminoso e nefasto, que, com certeza, trouxe o Brasil para muito, muito abaixo do que se espera de um País democrático que defende quem sempre trabalhou para a construção de uma Nação.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o nosso pronunciamento seja encaminhado às redes oficiais de divulgação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 4/6

84.2025	Sessão Ordinária - CD	21/05/2025-20:28
Publ.: DCD - 22/05/2025 - 200	Sargento Fahur-PSD -PR	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública apresentada pelo Governo Federal, durante a participação do Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, na Comissão de Constituição e Justiça. Declarou oposição ao texto atual da PEC e afirmou esperar que a Câmara promova ajustes que reflitam as reais demandas da população. Além disso, mencionou ainda uma declaração anterior do Ministro, em que comparou os salários de professores universitários e policiais militares, criticando o comentário como inadequado e reforçando a necessidade de valorização das forças de segurança pública estaduais, que não são reconhecidas nem pelos Governadores nem pelo Governo Federal.

O SR. SARGENTO FAHUR (Bloco/PSD - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de lembrar que hoje, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, estive o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, que respondeu sobre vários assuntos, principalmente o tema principal, que é a PEC da Segurança Pública. Nós nos posicionamos contra a PEC, contra o texto oriundo do Governo Federal. É claro que eu acredito que, na Câmara dos Deputados, ela sofrerá os ajustes necessários para, de fato,



atender às necessidades do povo brasileiro, no que tange à segurança pública.

Aproveito o momento para lembrar uma fala do Ministro quando foi confrontado em outra ocasião em que esteve na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. O Deputado Federal Pedro Aihara, de Minas Gerais, cobrou do Ministro a valorização dos operadores de segurança pública do Brasil, inclusive das polícias estaduais, e o Ministro, em tom jocoso, disse que, como professor de faculdade, ganhava menos que um policial militar. São profissões totalmente distintas, diferentes, e o fato de um professor ganhar menos que um policial militar não é justificativa nenhuma para um policial militar ganhar pouco. Deveriam as duas categorias ser valorizadas, mas não o são nem pelos Governadores dos Estados, muito menos pelo Governo Lula.

Pela valorização dos policiais militares, dos policiais civis e dos policiais penais já!

Força e honra!

Documento 5/6

85.2025	Sessão Ordinária - CD	22/05/2025-11:24
Publ.: DCD - 23/05/2025 - 73	Neto Carletto-AVANTE -BA	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado denunciou a crescente insegurança em Eunápolis (BA), após o assassinato de um motorista de aplicativo e o ataque a tiros ao carro do diretor do presídio local. Expressou preocupação com o avanço da criminalidade na Bahia e defendeu medidas mais duras, como o avanço da PEC da Segurança Pública e a tipificação de crimes de facções como terrorismo. Ao final, pediu apoio dos governos estadual e federal e reforçou a necessidade de união entre as autoridades para garantir paz, dignidade e segurança à população baiana.

O SR. NETO CARLETTO (Bloco/AVANTE - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, venho à tribuna desta Casa hoje para falar sobre um tema de extrema relevância não só para o meu querido Estado, a Bahia, mas também para o nosso País: a segurança pública.

Na última semana, no Município onde eu resido, Eunápolis, um jovem motorista de Uber foi morto a tiros. E, nesta semana, a família desse jovem protestou pelas ruas da cidade contra essa morte tão prematura ocorrida de forma brutal e que chocou a mim, a minha família e, com certeza, a todos os



moradores da nossa cidade.

O que me entristece muito é ver que a criminalidade avança a cada dia, não só em nossa cidade, mas também, infelizmente, em toda a nossa região, em todo o Estado da Bahia. É por isso que, agora há pouco, na reunião de Líderes, nós discutimos a importância de fazermos avançarem a PEC da Segurança Pública e outras medidas que possam tornar crime de terrorismo os atos praticados por pessoas acusadas de participarem de facções criminosas, para que, dessa forma, a gente consiga verdadeiramente dar tranquilidade a nossa sociedade, e as nossas famílias possam viver em paz, possam caminhar pelas ruas das nossas cidades com tranquilidade, para que a gente possa ter um País em paz e, dessa forma, a gente possa também cuidar das outras áreas sociais que são tão importantes, como a saúde e a educação.

Quero relatar aqui também, Sr. Presidente, um fato ocorrido nesta semana na cidade de Eunápolis. O carro do atual Diretor do presídio da nossa cidade foi alvejado a tiros. Isso também me preocupa muito, porque demonstra a insegurança em que nós estamos vivendo neste momento, demonstra o medo que a população enfrenta neste momento.

Como Deputado Federal, como legítimo representante do povo da minha terra, venho à tribuna desta Casa pedir socorro ao Governo do Estado, pedir socorro ao Governo Federal, pedir socorro ao Prefeito do Município, para que possamos unir forças aqui em Brasília e chegar a uma solução de fato eficaz e eficiente que possa dar dignidade à nossa comunidade, que possa dar tranquilidade à nossa comunidade, que possa trazer paz às nossas famílias, aos nossos filhos.

Presidente, agradeço muito ao povo da minha cidade, que me deu esta oportunidade de estar aqui como Deputado Federal, e ao povo do Estado da Bahia.

Juntos não teremos medo. Com muita coragem, com muita garra, iremos enfrentar a criminalidade em nosso Município e em nosso Estado.

Muito obrigado.

Documento 6/6

88.2025	Sessão Ordinária - CD	26/05/2025-18:56
Publ.: DCD	- Hugo Motta-REPUBLICANOS -PB	
27/05/2025 - 56		
FALA DO PRESIDENTE OU NO ORDEM DO DIA EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DISCURSO		



Sumário

O Presidente reafirmou o compromisso de promover um debate amplo e democrático ao indicar relatoria do Projeto de Lei (PL) nº 1.283, 2025, relacionado à segurança pública, assegurando que não haverá atropelo de etapas. Ressaltou que, desde sua candidatura, a segurança tem sido tratada como prioridade, destacando a celeridade conferida à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, da segurança pública enviada pelo Governo. Defendeu a aprovação da PEC como resposta necessária à crise na segurança pública nacional e considerou o PL como parte de uma solução legislativa voltada ao enfrentamento do crime organizado. Enfatizou que a atuação da Casa será firme, mas dentro dos marcos legais e constitucionais, apelando por união entre Governo e Oposição para enfrentar a gravidade da situação com responsabilidade e ações concretas.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - O compromisso desta Presidência é, ao indicar um Relator, fazer um amplo debate sobre o projeto. Não há nenhum interesse em atropelar etapas, até porque se trata de um assunto muito sério.

Mas também, Deputado José Guimarães, querido amigo e Líder do Governo, nós sempre defendemos, ainda na condição de candidato e agora na condição de Presidente eleito por todos os colegas Deputados e Deputadas Federais, que a pauta da segurança seria uma prioridade para nós.

Foi assim quando recebemos a PEC da Segurança, do Governo, e demos total agilidade ao seu encaminhamento aqui dentro da Casa. E vamos lutar pela aprovação dessa PEC, porque é muito importante o Brasil ter desta Casa uma resposta para a grave situação de segurança pública que o nosso País enfrenta hoje.

Este projeto vem, ao lado da PEC, também como uma solução legislativa para que, cada vez mais, o Brasil possa dar respostas duras e firmes contra o crime organizado, que infelizmente se instaurou no nosso País nos últimos anos.

Então, nós vamos, sim, priorizar a pauta da segurança, e queremos contar com o apoio do Governo, dos partidos de oposição. Vamos fazê-lo dentro da lei, respeitando a nossa Constituição, respeitando o Estado Democrático de Direito, mas não deixando de reconhecer que a situação da segurança pública no País é gravíssima e que nós só iremos combater esse problema com união, com responsabilidade e com atitudes concretas.

Por isso, estamos pautando esta urgência, para que o debate possa ser feito.

Orientação de bancadas.

Como vota o PL?

